



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639370 - RJ (2021/0007021-6)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SONIA MARIA ARRUDA GONCALVES - RJ069498
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : LUIS FERNADO ALVES DE SOUSA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUIS FERNADO ALVES DE SOUSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (HC n. 0077723-95.2020.8.19.0000).

O paciente encontra-se preso preventivamente, desde o dia 8/12/2016, pelo cometimento, em tese, do crime tipificado no art. 121, § 2º, IV, do Código Penal.

A impetrante sustenta que, "desde 07/08/2017 (há 3 anos e 5 meses!!!), quando o paciente foi pronunciado, este passou a ser submetido a uma delonga processual totalmente descabida. Somado o tempo em que foi preso temporariamente até a presente data, já se passaram mais de 04 anos e 01 mês" (fl. 4).

Alega, por fim, que, "no caso em tela, não há outra conclusão, senão reconhecer que o longo período de custódia cautelar do paciente, viola o princípio da proporcionalidade, superando os limites do razoável. A duração abusiva, prolongada e excessiva da referida prisão, sem definição jurídica da situação do imputado contraria, ainda, o primado da dignidade da pessoa humana. E, por isso, inadmissível é a manutenção da prisão cautelar do mesmo por mais de 04 anos sem que tenha sido julgado!" (fl. 18).

Requer, liminarmente, que o paciente aguarde o julgamento do presente *habeas corpus* em liberdade. No mérito, pede que "seja concedido definitivamente o *writ* para reconhecer o excesso de prazo, com o consequente relaxamento da prisão, concedendo ao paciente o direito de responder o processo em liberdade, até o trânsito em julgado (processo nº 0096844-34.2016.8.19.0038, que tramita na 4ª Vara Criminal da Comarca de Nova Iguaçu/RJ), com expedição de alvará de soltura" (fl. 19).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente